

TRABALHO VOLUNTÁRIO COMO ESTRATÉGIA PARA A FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DOS GRADUANDO DA FACULDADE ITOP

*VOLUNTARY WORK AS A STRATEGY FOR TRAINING IN HUMAN RIGHTS
FOR ITOP COLLEGE GRADUATES*

Fabiane Lucin Meurer 1
Gleidy Braga Ribeiro 2

Resumo: Esta pesquisa acadêmica na área de Direitos Humanos realizada, a partir do Projeto de Iniciação Científica da Faculdade ITOP, tem por objetivo mostrar a relação entre Direitos Humanos e o Trabalho Voluntário, bem como a atuação do Voluntariado por meio de Projetos de Extensão Universitário. Como Referencial Teórico para produção da pesquisa utilizou-se a Teoria do Reconhecimento representada pelo autor Axel Honneth, cujo a ideia central está circundada na essência de que é no encontro com o outro, que as identidades dos indivíduos se constroem e que a auto-realização pode ser alcançada. Para tanto foi aplicada uma pesquisa de campo, aos alunos da Instituição, analisando os respectivos perfis dos acadêmicos, e a aceitação sobre o Voluntariado Universitário.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Trabalho Voluntário, Voluntariado Universitário.

Abstract: This academic research in the area of Human Rights carried out, based on the Scientific Initiation Project of the ITOP Faculty, aims to show the relationship between Human Rights and Volunteer Work, as well as the performance of Volunteers through University Extension Projects. As Theoretical Reference for the production of the research, we used the Theory of Recognition represented by the author Axel Honneth, whose central idea is encircled in the essence that it is in the encounter with the other, that the identities of individuals are built and that self-realization can be achieved. To this end, a field survey was applied to the students of the Institution, analyzing the respective profiles of the academics, and the acceptance of University Volunteering.

Keywords: Human Rights, Voluntary Work, University Volunteering.

1-Aluna do Curso de Administração da Faculdade ITOP, Bolsista PROIC-ITOP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3608001620231956> ORCID 0000-0002-8355-6674 E-mail: fabianelucin@gmail.com

2- Jornalista e Advogada. Professora da Faculdade ITOP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5935775135422141> ORCID 0000-0002-5200-0796. E-mail: gleidy.braga@gmail.com

Introdução

Os Direitos Humanos são oriundos dos diversos processos de luta social, política, cultural, jurídica e econômica em busca do acesso igualitário e não hierarquizado aos bens materiais e imateriais, e a uma vida com dignidade, sejam eles de expressão, convicção religiosa, educação, moradia, meio ambiente, cidadania, alimentação, dentre tantos outros.

O estabelecimento dos Direitos Humanos fez com que gradativamente segmentos da sociedade passassem a ter consciência da necessidade de justiça, igualdade e dignidade para todos os indivíduos, e começassem a lutar não só pelos direitos que lhes são inerentes, como também pelos direitos de grupos marginalizados da sociedade, alheia a sua condição de cidadão e distante de sua própria dignidade, assim, é nesse contexto que os Direitos Humanos e o Voluntariado se enlaçam num mesmo prisma.

É cediço que a força do Voluntariado expõe os ideais humanitários, fazendo a diferença na sociedade. O Voluntariado se apresenta como um estímulo ao exercício da cidadania, buscando trazer de forma concreta a aplicação dos direitos fundamentais do cidadão, contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo, aperfeiçoando as suas competências, como para agregar melhores ações nos relacionamentos sociais no meio ao qual está inserido.

Considerando-se ainda que a educação deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, o Voluntariado se coloca como uma excelente vertente dentre as diversas atividades relevantes para a formação do Universitário.

Assim, a partir do estudo teórico e conceitual apresentado acima, utilizou-se como metodologia para produção deste artigo, pesquisa bibliográfica e exploratória de campo, aplicada aos acadêmicos da Faculdade Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pós-graduação (ITOP). A pesquisa está estruturada no formato quantitativo com questões fechadas de múltiplas escolhas e de escala de valores, apresentando também duas questões descritivas relativas ao Trabalho Voluntário.

O fundamento teórico desta pesquisa está embasado na Teoria do Reconhecimento, cujo expoente principal é Axel Honneth. A ideia central da Teoria do Reconhecimento está circundada na essência de que é no encontro com o outro que as identidades dos indivíduos se constroem e que a autorrealização pode ser alcançada. Assim as identidades são formadas ao reconhecermos alguém como portador de determinadas características ou capacidades, porém o não reconhecimento pode resultar em privação de direitos e marginalização, cujos desafios no âmbito internacional são enfrentados através da adoção de políticas públicas de promoção de Direitos Humanos, tendo como princípio basilar a dignidade humana.

De acordo com Honneth (2003) a existência do reconhecimento pode ser desempenhada por três esferas necessárias para formação das identidades a saber: o amor - recebido e desenvolvido no seio familiar; os direitos jurídicos - estabelecido a todos indivíduos; a solidariedade - através do reconhecimento social. O autor relata, entretanto, que a falta ou ausência de algum destes três pilares podem refletir na formação de identidades desestruturadas.

Tendo em vista este fundamento teórico e com base no Projeto de iniciação científica chamado "**Quem somos**", buscou-se, analisar o perfil dos alunos acadêmicos de graduação e tecnólogos que ingressaram na Faculdade a partir do primeiro semestre de 2019.

Assim foi desenvolvida uma pesquisa de campo, aplicando um questionário de 34 perguntas e tendo uma amostra total de 108 resultados, o questionário foi subdividido com questões relativas à aspectos socioeconômicos, discriminação e violação de direitos tanto pessoal, familiar, social quanto educacional, e por fim questões sobre o Voluntariado, cuja aplicação está refletido na solidariedade e o reconhecimento social, enquadrado ademais no terceiro pilar da Teoria do Reconhecimento defendido por Honneth.

Desta forma, este artigo teve como propósito mostrar a relação entre Direitos Humanos e o Trabalho Voluntário, bem como a atuação do Voluntariado através de Projetos de Extensão Universitário.

Direitos Humanos: aspectos históricos e conceituais

Segundo Miranda (2014), os Direitos Humanos são sinônimos também de direitos individuais, não é resultado acabado de uma sociedade contemporânea, mas um direito social remoto, sendo observado suas raízes de origem no antigo Egito e Mesopotâmia no terceiro milênio a.C. Nesse período já se previam alguns mecanismos para a proteção individual do homem, tanto em relação ao Estado, quanto em relação as pessoas por meio do Código de Hamurabi, que foi a primeira codificação a consagrar um arrolamento de direitos comuns a todos os homens, tais como: a honra, a dignidade, a vida, a família, a propriedade.

O Direito Romano, na Grécia antiga, e o Cristianismo também contribuíram para proporcionar um conjunto de normas jurídicas, objetivando resguardar direitos individuais.

Posteriormente na França, inspirada no ideal filosófico do Iluminismo e na Revolução Americana ocorrida em 1776, aprovou-se em 26 de agosto de 1789 a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, sintetizando em dezessete artigos os ideais liberais. Este documento veio servir de base para a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948.

A autora a partir desse recorte histórico conceitua os Direitos Humanos como, o rol de direitos inerentes a todo e qualquer indivíduo, norteados por valores básicos, com o objetivo de respeitar a condição de ser-humano, de forma que a sua dignidade seja mantida, e sua integridade física e moral esteja preservada.

A essência do conceito de Direitos Humanos centra-se na proteção aos direitos mais importantes das pessoas, ou seja, a sua dignidade. Portanto a base dos Direitos Humanos é a dignidade da pessoa. Assegurar a dignidade de um Ser Humano é respeitá-lo e tratá-lo de forma igualitária, independente de quaisquer condições sociais, culturais ou econômicas.

Conforme esclarece Miranda (2014), o Princípio da dignidade atualmente está centrado como fonte basilar do direito. Ao longo da evolução da humanidade este princípio foi ganhando relevância, e contemporaneamente se configura como espinha dorsal dos ornamentos jurídicos democráticos.

Para André de Carvalho Ramos (2018), o conceito de dignidade consiste na qualidade intrínseca e distintiva de cada Ser Humano, que o protege contra todo tratamento degradante e discriminação odiosa, bem como assegura condições materiais mínimas de sobrevivência. Consiste em atributo que todo indivíduo possui inerente à sua condição humana, não importando qualquer outra condição referente à nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo, etc...

Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, constitui-se um dos mais importantes documentos históricos, sendo um grande marco à defesa dos Direitos Humanos.

Com o final da 2ª Guerra Mundial em 1945, segundo Miranda (2014), as atrocidades do nazismo dizimaram milhões de indivíduos nos campos de concentração, relata-se que inúmeras violações de direitos e terríveis crueldades, colocaram em pauta diversos questionamentos a respeito de princípios como igualdade, liberdade, a vida, a honra e a dignidade da pessoa humana. Em concordância, Junqueira (2006), menciona que tornou-se premente a propositura de novos parâmetros expressamente tutelados, a fim de inibir a ocorrência de outros fatos semelhantes.

A jurista Flávia Piovesan (2002) cita que esta declaração caracterizada por seu caráter amplo, compreende um conjunto de direitos e faculdades sem as quais um Ser Humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral, e intelectual.

De acordo com Junqueira (2006), a declaração logo em seu preâmbulo afirma que a

dignidade inerente a todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Deve-se ressaltar ainda, o caráter indivisível relativo a tais direitos, cabendo o respeito não só aos direitos civis e políticos, mas outrossim, aos econômicos, sociais e culturais apresentando-se indissociáveis.

Por outro lado, conforme conclusões de Miranda (2014), embora a Declaração dos Direitos Humanos estivesse formalizada mundialmente no papel, era preciso colocá-la em prática tornando-a concreta. Desta forma foi se inserindo nas Constituições Democráticas Globais o reconhecimento legal dos direitos fundamentais inerentes a qualquer Ser Humano, se tornando invioláveis.

Assim a positivação jurídico-constitucional dos Direitos Humanos vem representar um marco tanto no mundo jurídico quanto social, no qual os cidadãos passaram a ser protegidos legalmente, possibilitando que a aspiração pela justiça social, tornar-se algo palpável e real.

O voluntariado inserido em Direitos Humanos

De acordo com Miranda (2014) ainda que a República Federativa do Brasil esteja firmada em bases igualitárias e democráticas, e sua Carta Magna esteja regida pelo princípio de dignidade humana e garantia dos Direitos Humanos estabelecidos como invioláveis, constata-se muitas vezes a ineficiência do Estado em prover e sustentar plenamente esses direitos essenciais tais como: educação, saúde, moradia digna, segurança.

É observável para Barcelos (2018), que alguns direitos violados historicamente geraram e ainda geram a violação de outros direitos, dessa forma através da observação da lei de causa-efeito pode-se mencionar, como exemplo: a falta de oportunidades e direitos básicos vividos no ambiente social, por diversas famílias, que vivem de forma caótica e desestruturada, apresentando com isso, em grande parte, influência para o aumento do crime e violência social.

No intento de amenizar o caos social e a violação dos direitos que ocorre no país, como também ao redor do mundo, emoldura-se no cenário um conjunto de pessoas, agentes, e segmentos da sociedade que buscam tomar uma atitude positiva em prol dos seus semelhantes, e a lutarem para a promoção dos Direitos Humanos no mundo por intermédio do Voluntariado.

Salienta-se assim, que o Trabalho Voluntário contribui para zelar com o cumprimento dos Direitos Humanos disponibilizando serviços, onde o Estado muitas vezes não consegue realizar, podendo ser aplicado em qualquer segmento da sociedade, visando contribuir para o resgate da cidadania e devolvendo aos indivíduos, a auto-estima e dignidade perdida seja pelo acometimento de uma doença ou por problemas sociais.

O Voluntariado pode atuar em diversas áreas: como assistência a grupos sociais vulneráveis, estar trabalhando em hospitais, escolas, creches, além de iniciativas nas áreas de meio ambiente, cultura, esporte, lazer e educação, desempenhando ainda, atividades por intermédio de igrejas, organizações não-governamentais (Ong's), empresas, entre outras instituições.

O voluntário em sua maioria desempenha várias atividades e dispõe de um tempo parcial, que se adaptam as atividades pontuais determinadas. Em síntese, há quatro palavras que circundam o exercício da atividade voluntária: qualificação, doação, satisfação e realização.

Segundo definição do estudioso Nicolau (2019), com base nas definições das Nações Unidas(ONU):

O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos (NICOLAU, 2019, p.01).

Para Filho (2004), a atuação do voluntário pressupõe consciência, tolerância, respeito, solidariedade, trabalho em equipe, desejo de mudança, e contribui para moldar a definição da

realidade, influenciando ideologias, perspectivas e pontos de vista. Por meio da mobilização de grupos motivados, o voluntariado desafia preconceitos estabelecidos e é capaz de engendrar grandes mudanças.

De acordo com o programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV, 2018), o Voluntariado tem como objetivo apoiar a paz e o desenvolvimento em todo o mundo. O programa busca defender o voluntariado a nível mundial e incentiva parceiros a integrar o voluntariado na programação do desenvolvimento. A visão do UNV é um mundo onde o Voluntariado seja reconhecido dentro das sociedades, como um caminho para todas as pessoas e países alcançarem a paz e desenvolvimento por meio da erradicação da pobreza e redução significativa de desigualdade e exclusão.

De acordo com os dados da ONU, em 2018 cerca de 2 mil voluntários trabalharam junto ao PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em todo mundo. Ressalta-se que uma das formas de inserir o Voluntariado na área de Direitos Humanos pode ser o desenvolvimento através de campanhas, para conscientização da população, esclarecimentos sobre direitos fundamentais contribuindo para conscientização sobre direitos adquiridos, bem como auxiliar a formar cidadãos com maior clareza de seus direitos e deveres.

No âmbito interno, convém destacar que o Brasil possui uma lei específica que trata do Voluntariado, os dispositivos legais tratam de sua atuação e da estipulação do contrato de adesão para aplicabilidade do Voluntariado.

Voluntariado Universitário

Segundo Nicolau (2019), o Voluntariado se apresenta ao Universitário como uma forma de atuação social, propiciando a ele um contato com outras realidades e a oportunidade de rever seus preceitos e conhecer-se melhor. Assim, ao participarem de ações sociais, passam a enxergar a realidade de diferentes formas, mudam suas concepções e entram em contato com as verdadeiras causas dos problemas, podendo nas ações do dia-a-dia colocar em prática saberes diversos, para lidar com as situações complexas do tipo de trabalho realizado.

Ainda de acordo com autora, o Universitário ao trabalhar como voluntário assume o papel da escola, ensinando e aprendendo na medida em que tem a oportunidade de desenvolver diversas competências através da prática que desenvolverá durante a realização de seu trabalho, como também o contato com situações muitas vezes difíceis de administrar.

A autora aponta diversos benefícios que os acadêmicos por meio da prática voluntária desenvolverá como: habilidades de negociação, comunicação entre as pessoas envolvidas, relacionamento interpessoal, inteligência emocional, planejamento, organização, trabalho em equipe, adaptabilidade, autoconhecimento, captação de recursos financeiros e humanos, inovação, administração de conflitos, empatia, experiência de vida, visão do todo, criação e gestão de novos projetos e competências humanas, trazendo também uma oportunidade de mudança do próprio indivíduo por meio de conceitos e percepções sobre o mundo e a realidade que o cerca.

Silva et.al (2017) apontam que o Voluntariado auxilia no processo de formação profissional dos graduandos, atuando no desenvolvimento ou aquisição de competências, principalmente as de caráter interpessoal. Ademais sair da sala de aula e ter o contato com experiências reais e diferentes, agrega valores morais e sociais.

Para Nicolau (2019), as Instituições de Ensino que buscam adotar parâmetros, para a formação de profissionais completos, ao incluírem o Voluntariado, proporcionam que seus graduandos adquiram maior proatividade, e preocupação com o que está a sua volta. Como exemplo de ações bem sucedidas de Voluntariado Universitário pode-se descrever, o programa Universidade Solidária (Unisol) criado em 1995, que a partir de 2009 passou a ser gerido pela Alfa-Sol. O programa tem como uma de suas características a promoção de parcerias entre Universidades e Municípios, buscando um trabalho educativo, de integração social e cultural, visando colaborar para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Outro exemplo de Voluntariado Universitário pode-se citar uma matéria publicada pelo

Jornal **A Cidade de Votuporanga** (2019). Segundo o jornal a UNIFEV (Centro Universitário de Votuporanga) realizou uma gincana solidária, na qual participaram os alunos dos Cursos de Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, e Publicidade e Propaganda. A ação conseguiu arrecadar mais de 2,5 toneladas de alimentos que foram entregues a entidades assistenciais e também mais de 300 doações de sangue.

Para Pereira et. al (2011), a inclusão de programas de extensão universitária e estágios voluntários nas Faculdades traz a experiência de se produzir conhecimento sobre as pessoas, os problemas e o sistema social no qual os problemas ocorrem. Produz também confiança, familiaridade, sensibilidade social, cultural e consciência política, que são aspectos importantes para formação do universitário. Além dos benefícios à formação do profissional, o incentivo à prática de serviços voluntários sociais, proporciona oportunidade à população carente de receberem informações, e de terem boa parte de suas necessidades atendidas.

Assim, diante desse contexto é importante, que a Universidade, com todo o seu aparato estrutural e científico de que dispõe abra os seus espaços e portas para um intercâmbio efetivo e diversificado com outros segmentos da sociedade, tais como as creches, escolas, indústrias, asilos, Ongs e outros, no sentido não somente de trocar conhecimentos, mas também para exercer a sua ação primordial: a de produtora de conhecimentos.

Análise dos Resultados

A Pesquisa foi aplicada aos alunos da Faculdade ITOP que ingressaram na instituição partir do 1º semestre de 2019 nos cursos de Graduação e Tecnólogos: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Pedagogia, Logística, Recursos Humanos, Gestão Pública, respectivamente. O Formulário está dividido em questões socioeconômicas 1a 14, questões a respeito de violação de direitos e discriminação em nível pessoal, familiar, social, educacional de 15`a 30 e questões sobre o Voluntariado 31`a 34. O total da amostra é de 108 questionários aplicados.

Cabe destacar que para sua elaboração foi utilizado como referência a teoria do reconhecimento desenvolvida pelo estudioso Axel Honneth, que afirma que os indivíduos constroem sua identidade a partir dos relacionamentos que eles estabelecem com outro no convívio social. O autor afirma que uma visão distorcida sobre alguém pode ocasionar-lhe danos irreparáveis e por consequência limitar a forma como se relaciona socialmente. De acordo com Ribeiro (2019), com base na interpretação da teoria de Honneth e também de Charles Taylor, o indivíduo que é submetido a situações de desrespeito e privações de direitos pode internalizar uma imagem depreciativa de si mesmo a ponto de acreditar que de fato é um ser inferior. Logo, essa condição, seria a base de inúmeros conflitos sociais, a base para diversas lutas por reconhecimento social pela não construção de uma identidade não estigmatizada.

O reconhecimento se traduz então ao reconhecermos alguém como portador de determinadas características ou capacidades, assumindo-se a responsabilidade por tratar alguém de determinada forma. Porém, o não reconhecimento, pode significar privação de direitos e marginalização, podendo assim em uma democracia impossibilitar indivíduos ou grupos de desfrutar o ideal igualitário democrático.

Ainda de acordo com Ribeiro (2019), Honneth, organiza seu pensamento apresentando três formas típicas de o indivíduo se reconhecer socialmente e formar sua identidade. A primeira, ele identifica como a esfera das relações afetivas, do amor como algo fundamental para assegurar a autoconfiança. A segunda esfera é intitulada de direito. Nesta etapa, o indivíduo busca ser reconhecido como sujeito de direito. “Viver sem direitos individuais significa para o membro individual da sociedade não possuir chance alguma de constituir um auto-respeito” (HONNETH, 2003, p. 196). E, por fim, tão importante quanto as outras esferas, estão para o autor as relações que o indivíduo constrói no meio social com base na solidariedade, compreendida também como estima social.

A partir da leitura dessas etapas de desenvolvimento humano foi construído o formulário

que foi aplicado aos alunos da faculdade ITOP, que passaremos a apresentar a seguir.

Dados Socioeconômicos dos Alunos da Faculdade

A pesquisa apresentou um percentual um pouco maior de homens, 57,4% do que de mulheres, 42,6% de mulheres. A maioria mora em zona urbana, 92,6 %, e apenas 7,4% mora na zona rural. Trata-se de jovens, 85% possuem até 30 anos. 73% dos entrevistados são pretos ou pardos contra 22% de brancos, 4% amarelo e indígena, somente, 1%. Observa-se que menos de 1/4 são representados por brancos e a maioria quase 3/4 dos alunos são compostos por Pretos e Pardos.

Em relação ao estado civil a maioria, 74% são solteiros, sendo que 22% estão casados. 81% disseram que são oriundos do ensino médio em Instituição Pública. Já em relação à moradia, a maioria 71% moram com a família, representando mais de 2/3 dos alunos. Porém 20% destes relataram ter condição independente e vivem sozinhos, sem convívio da família. Sobre a situação econômica, interessante observar que 1/3 trabalham e são os responsáveis tanto para si como para família (como detentor principal para a sobrevivência). Entretanto a maioria 2/3 tem o suporte da família para ter a sobrevivência mantida. Esse percentual se mostra em equivalência aos resultados obtidos, relativos de a maioria ser solteiros, morando com suas famílias e com idade até 30 anos.

Dos entrevistados a maioria 81% ganham no máximo até dois salários-mínimos, representando mais de 2/3 dos alunos.

Relações Afetivas Familiar e Pessoal

Em relação ao núcleo familiar, a maioria 64% responderam que tiveram como responsáveis para sua criação os pais, 15 % apenas pela mãe, 12% os avós, 6% disseram por outra pessoa e 3% os tios. Observa-se que embora perto de 2/3 dos alunos relatarem terem sido criados pelos pais, 1/3 destes tiveram como representantes legais parentes ou outros.

Nas questões sobre o nível educacional dos genitores, relatou-se que 52% dos pais possuem apenas o Ensino Fundamental. Já em relação às mães esse número é de 28%, significando que a elevação do grau de escolaridade para Ensino Médio e Superior das mães. O percentual do Ensino Superior das mães também se apresentou quase 3 vezes maior que o dos pais. Percebe-se assim, que o nível de escolaridade da mãe é consideravelmente maior que o do pai dos alunos. Outro dado interessante observou-se que 2/3 dos pais não possuem o Ensino Superior.

Em relação a questão do aluno se sentir amado e importante por seus familiares, a maioria 83 % relataram que se sentem amado e importante, 14 % disseram que as vezes e 3% disseram não sentir.

A respeito da preocupação por parte de seus pais e familiares com o seu bem-estar considerando a infância e adolescência: 94% disseram que sentem que se preocupavam, contra 6% que disseram que não tinham essa preocupação.

Na questão de caráter pessoal, em relação à saúde mental e física, a maioria dos alunos 57% considera que está normal contra 35% que disseram que precisam melhorar, 6 % relataram satisfatória e 2% consideraram não saudável. Percebe-se que embora quase 2/3 considerem sua saúde em termo geral saudável, mais de 1/3 analisam que ela não está normal ou em equilíbrio.

Já em relação a sua motivação, 81% disseram se sentir uma pessoa motivada contra 19% que disseram não.

Relações de violação de direitos e discriminação

A pesquisa questionou sobre violação de direitos e discriminação que tenham sido vividas pelos acadêmicos considerando aspectos familiar, pessoal, social e educacional. Vejamos:

Em relação à qualidade do relacionamento do aluno com seus familiares, 48% considera Bom, ficando à frente de Excelente, obtida como segunda opção com 35%, em terceiro aparece com 8% Regular, seguido de Satisfatório com 6%, e Ruim representando 3%. Assim percebe-se que para 83% dos alunos o relacionamento com seus familiares possui uma valoração positiva.

Já em relação à sociedade, 66% responderam que se sentem estimados/respeitados pela sociedade, 32% disseram às vezes, e 2% disseram não sentir estimado/respeito. Analisando em comparação com a resposta anterior, nota-se que o aluno considera que há uma menor valorização por ele, perante a sociedade do que no ambiente familiar.

Na questão onde foi perguntando numa escala de valor, o quanto o aluno se sente amado e respeito por seus familiares: Em uma posição neutra, a maioria respondeu que se sente apenas Suficientemente reconhecido, 35%, em sequência aparece Sempre reconhecido com 27%, Muito reconhecido com 24%, que representam os graus mais elevado da escalas. Em quarto Pouco reconhecido com 8%, Insuficiente reconhecido com 5%, e disseram se sentir Nada reconhecido 1%.

Perguntado ao aluno se já sofreu algum tipo de violência no ambiente familiar: 67% descreveram não ter sofrido violência, em segundo aparece à opção de agressão verbal com 16%, em terceiro agressão física com 6%, seguido de agressão sexual com 5%, humilhação com 3% e ameaça de morte com 3%. Embora a maioria 2/3 relatarem não ter sofrido violência, 1/3 sofreu diversos tipos descritos de violência.

Quando perguntado se o aluno se sente reconhecido em sua comunidade e no ambiente social: 75% responderam sim, 25% não. Pode-se mencionar que 3/4 sentem-se reconhecidos no ambiente social.

Na questão relativa a se o aluno considera que tem oportunidade de desenvolver atributos e ser reconhecido/ou promovido no ambiente familiar ou na sociedade: a maioria disseram que sim, 85% respectivamente, contra 15% que disseram não ter oportunidade. Porém, por outro lado, a maioria 57% disseram que já sentiu ter algum tipo de direito negado e /ou violado em oposição à 43% que não.

Foi perguntado ao aluno para descrever se já sofreu algum tipo de abuso, dentre as opções descritas, 55% assinalaram que não sofreram, em segundo com 18% escolheram mais de um tipo, em sequência 9% disseram ter passado por abuso verbal, 9% Financeiro, 5% Moral, 3% abuso Físico, e 1% Patrimonial. É possível analisar que apesar da maioria não relatarem sofrer algum abuso, quase a metade 45% disseram já ter sofrido algum tipo de abuso.

Violações de direitos humanos e o ambiente acadêmico

Nas questões relativas à discriminação ou violação de direitos no ambiente educacional, foi perguntado se o aluno já se sentiu desrespeitado no ambiente da faculdade: 75% disseram que não, porém, 25% ou 1/4 confirmaram ter sido desrespeitado.

Quando perguntado se o aluno já foi intimidado ou maltratado por alguém dentro do ambiente da faculdade: a maioria 92% disseram não, 7% disseram sim.

Em comparação sobre qual a percepção do aluno em relação ao que seus colegas e professores lhe transmitem: 91% se sentem acolhidos/respeitados perante professores e colegas; em sequência 5% disseram que se sentem Ignorados; 3% Desatendido; 1% Excluídos, porém nenhum dos alunos sente-se Desrespeitado.

Perguntou-se ao aluno, dentre as categorias listadas se já tinha passado por algum preconceito ou discriminação na faculdade: a maioria 91% não passaram por nenhum preconceito ou discriminação, em segundo com 4% assinalaram que já passaram por mais de

um tipo descrito, em terceiro por Sexo/gênero com 3%; preconceito ou discriminação por Cor e Intelectual ambas com 1% respectivamente. Não se relatou preconceitos ou discriminação por Idade, Comportamento Social, Religioso e Raça.

Direitos Humanos, Voluntariado e Ambiente Acadêmico

Em relação ao envolvimento do aluno em alguma atividade acadêmica, 82% disseram não estarem fazendo parte de nenhuma, 10% em estágio, 5% responderam estarem fazendo outro tipo de atividade não mencionada e 3% em projetos de iniciação científica. Assim é possível mencionar que mais de 2/3 dos alunos não atuam em nenhuma atividade no âmbito da faculdade. Em especial não houve nenhum relato de alunos estarem inseridos em projetos de extensão.

Sobre Questões relativas ao Trabalho Voluntário foi perguntado em uma Escala de valor, como o aluno considera o Trabalho Voluntário: 51% consideram o trabalho voluntário Extremamente importante, em seguida a opção Muito Importante representando 36%, já opção só importante com 10%, Insignificante com 2%, a frente de Pouco Importante com 1%. Não houve nenhum relato para Desnecessário. Observa-se que a escala apresentou uma ordem crescente de valor, representando o grau máximo referente a extremamente importante como o maior percentual.

Na questão relativa a se o aluno já participou de algum trabalho voluntário, e se afirmativo em qual local, 71% disseram que não participou, e 29% já participaram, no caso afirmativo a maior parte disseram que realizaram o trabalho voluntário na igreja, e em segundo lugar através da doação de alimentos.

Foi perguntado se o aluno estaria disposto a participar de Projeto de Voluntariado na área de Direitos Humanos: a maioria 82% disse que sim; contra 18% que não. Dos que responderam não querer participar a maior parte descreveu por falta de tempo.

Em relação à preferência de opção por trabalhar em Projeto de Extensão em Voluntariado, 49% optaram por trabalhar com crianças carentes; em sequência 17% com pessoas socioeconômicas carentes, Idosos com 13%, outra opção não mencionada foi selecionada com 9%, Indígenas 6%, Grupos LGBTs 3%, e 3% escolheram nenhuma das opções.

Considerações sobre a pesquisa

De acordo com a pesquisa apresentada pode-se descrever sobre o perfil socioeconômico dos acadêmicos da Instituição, que a maioria é representado por Pretos e Pardos, com idade de até 30 anos, oriundos de Instituições de Ensino Público, com renda mensal de até dois salários mínimos, moram com a família e necessitam do suporte desta para sua sobrevivência.

Embasado na Teoria do Reconhecimento, os resultados da pesquisa mostraram que a maioria dos alunos tiveram seu desenvolvimento alicerçado sob relações Afetivas familiares positivas.

Em relação as questões sobre violação de direitos e discriminação percebe-se que os alunos sentem-se mais estimados e respeitados no ambiente familiar do que no ambiente social. Sobre a violência familiar, embora 2/3 relatarem não ter sofrido violência, 1/3 já sofreram diversos tipos, desde agressão verbal a ameaça de morte. Pouco mais da metade 55% também consideraram que já teve algum tipo de direito negado ou violado.

Em relação ao abuso, 45% dos alunos disseram ter sofrido algum tipo, seja ele verbal, moral, financeiro, físico ou patrimonial. Segundo (HONNETH, 2003) a violação de direitos, discriminação, exclusão pode gerar a falta do autorrespeito, e levar a sentimentos onde os indivíduos também se sintam inferiores aos demais.

Por outro lado, em relação a discriminação ou violação de direitos no ambiente educacional, a maioria relatou não passarem por preconceito, discriminação ou violação de direitos, mostrando-se um ambiente acadêmico saudável. Entretanto, em percentual bem

reduzido, houve ainda a descrição de discriminação por sexo, cor e intelecto.

Por fim, sobre o aspecto do Voluntariado aos acadêmicos da Faculdade, a pesquisa demonstrou que o Voluntariado possui grande valor e aceitação, e embora a maioria ainda não atuem em Trabalhos Voluntários e estejam inseridos em atividades acadêmicas, um percentual extremamente expressivo de 82% estaria disposto a participar no Voluntariado. Entretanto em relação a isso convém salientar que a Faculdade pode desempenhar um papel bastante relevante, no sentido de implantar o Voluntariado através de Projetos de Extensão aos acadêmicos.

A pesquisa também demonstrou que a maior parte dos alunos optou por trabalhar com Crianças em estado de vulnerabilidade socioeconômica.

Considerações Finais

O reconhecimento dos direitos humanos, em âmbito internacional, e dos direitos fundamentais, em nível constitucional, demonstrou a intenção a favor da efetivação de direitos – de liberdade, sociais, políticos, econômicos e cívicos – e do estabelecimento de um mínimo de dignidade a ser normatizado e garantido ética e juridicamente a todos, universalmente.

Com a pesquisa “Quem Somos” desenvolvida com base na teoria do reconhecimento foi possível inferir o perfil socioeconômico dos universitários e articular o conjunto dos Direitos Humanos que visa garantir ao ser humano, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade, bem como ao pleno desenvolvimento da Personalidade, entre outros, com a importância do Trabalho Voluntário na formação dos acadêmicos.

A atuação do Trabalho Voluntário desempenha papel fundamental na defesa dos direitos humanos, ajudando a fortalecer a cultura da solidariedade, a cidadania e de pertencimento, de modo que, o Voluntário exerce uma condição de protagonista no desenvolvimento da cidade.

Trabalhar no Voluntariado traz ao Universitário uma maior autonomia e criatividade, aplicando e adquirindo conhecimentos e habilidades renovadoras e tendo a possibilidade de atuar de forma ativa na melhoria da sociedade.

Existem muitos aspectos positivos entre a extensão universitária e o trabalho voluntário, visto que auxiliam na formação técnico-científica e principalmente humanista do Universitário, além de trazer benefícios à população necessitada, promovendo sua dignidade.

Em concordância, a pesquisa apresentada aos acadêmicos da Faculdade demonstrou que o Voluntariado possui grande valor e aceitação, e que a maioria estaria disposto a participar de Projetos de Voluntariado. Também indicou a preferência por estarem ajudando crianças em estado de vulnerabilidade socioeconômica.

Por fim as práticas de extensão realizadas pelas Universidades proporcionam aos alunos um ensino integral, onde a prática e a teoria andam juntas, contribuindo também para desenvolver habilidades de comunicação entre os universitários. Sendo assim, as Universidades promovem a formação de profissionais mais adequados para lidar com pessoas, e mais capacitados para enfrentar o mercado de trabalho.

Referências

BARCELOS, Bruno. **Como realizar Voluntariado pautado pelo tema dos Direitos Humanos**. voluntariadoempresarial.com.br/27/mar/2018. Disponível em: < <https://voluntariadoempresarial.com.br/como-realizar-voluntariado-pautado-pelo-tema-dos-direitos-humanos/> > Acesso em: 24 de maio de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal.2017.

BRASIL. Lei 9.608/98 de 18 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9608.htm> Acesso em: 24 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> 18 de mai de 2020.

BELTRAMELLI NETO, Sílvio. **Direitos Humanos. Col. Concurso Públicos.** 2ª edição, Bahia: Editora JusPodvim, 2016.

CARDOSO, Andréa Catelan; Corralo, Daniela Jorge; Krall; Mônica; Alves, Leonardo Porto. **O estímulo à prática da interdisciplinariedade e do multiprofissionalismo: a Extensão Universitária como uma estratégia para a educação interprofissional.** Revista da Abeno, v.15.n.2; p. 12-19, 2015.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart, GRUBBA, Leilane Serratine. **O embasamento dos direitos humanos e sua relação com os direitos fundamentais a partir do diálogo garantista com a teoria da reinvenção dos direitos humanos.** Revista Direto GV, v.8, n 2, p. 703-724. Jul-Dez 2012.

FILHO, Otacílio Peçanha. **Impacto do Trabalho Voluntário na atuação de Instituições Privadas sem fins lucrativos: O caso da APAE-RIO.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. Dissertação (Mestrado Executivo) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. 2004.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos.** Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JORNAL A CIDADE DE VOTUPORANGA. **Cursos da Unifev arrecadam mais de 2,5 toneladas de alimentos e cerca de 200 mil copos em gincana solidária.** Disponível em: <<http://www.acidadevotuporanga.com.br/cidade/2019/05/cursos-da-unifev-arrecadam-mais-de-2-5-toneladas-de-alimentos-e-cerca-de-200-mil-copos-em-gincana-solidaria-n55575>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

JUNQUEIRA, Ivan de Carvalho. **ABC dos Direitos Humanos.** Leme/SP: J. H. Mizuno, 2006.

MIRANDA, Arianne Castro de Araújo. **A promoção dos direitos humanos através do trabalho voluntário.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano19, n.4137, 29 out. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/30671>>. Acesso em: 24 maio 2020.

NICOLAU, Kelly Brambilla Kolano. **O Voluntariado e o Universitário.** Jornal A cidade de Votuporanga.08/2019. Disponível em: < <http://www.acidadevotuporanga.com.br/artigo/2019/08/o-voluntariado-e-o-universitario-n57512>>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

PEREIRA, Stela Márcia et al. **Extensão universitária e trabalho voluntário na formação do acadêmico em odontologia.** Arquivos em Odontologia, v. 47, n. 2, p. 95-103, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126072>>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** São Paulo: Max Limonad, 2002.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 5ª.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

RIBEIRO, Gleidy Braga. **O agente penitenciário e a criação da polícia penal: um debate sobre identidade e reconhecimento social.** 1ªed. Curitiba. Editora Appris, 2020.

SANTOS, Rosário. **A defesa dos Direitos Humanos e o Voluntariado.** 05/12/2009. Disponível em: <<https://eusouempreendedor.wordpress.com/2009/12/05/o-voluntariado-e-os-direitos-humanos/>>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

SILVA, Mirian Aparecida Teixeira da; FERNANDES, Paulo Heinrich Bepe; FERLIN, Renata; et.al. **A INFLUÊNCIA DO VOLUNTARIADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.**

Disponível em: <[https:// memorialtcccadernograduacao.fae.edu/cadernotcc/article/viewFile/182/76](https://memorialtcccadernograduacao.fae.edu/cadernotcc/article/viewFile/182/76)>. Acesso em: 24/mai/ 2020.

SPIELER, Paula; MELO, Carolina de Campos; CUNHA, José Ricardo. **Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

TAYLOR, Charles. **Argumentos Filosóficos.** Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VOLUNTÁRIOS.O que é Voluntariado. Disponível em: < http://www.voluntarios.com.br/oque_e_voluntariado.htm>. Acesso em 25 maio 2020.

Recebido em 29 de setembro de 2020.
Aceito em 18 de novembro de 2020.